

## Apontamentos de Demandas Para Inovação Social: Uma Experiência Piloto. *NOTES ON DEMANDS FOR SOCIAL INNOVATION: A pilot experience.*

**Rosimeire de Almeida Moreira<sup>1</sup>**

**Marcos Macri Oliveira<sup>2</sup>**

**Luma Michelly Soares Rodrigues Macri<sup>3</sup>**

**Lilian Figueirôa de Assis<sup>4</sup>**

### RESUMO:

Sobre inovação social – um processo de interação entre os negócios e os problemas sociais – ainda requer muito a ser desenvolvido. Isso em virtude da complexidade de suas áreas de atuação, assim como das inúmeras possibilidades de formatos de gestão que se apresentam como mecanismos de sua criação e implementação. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi o de iniciar uma base de definições metodológicas para apontar demandas de inovação social. Tendo como base de definição metodológica as áreas abordadas pelo IDH: saúde, renda/trabalho e educação, coletou-se informações de pessoas de baixa renda e realizou-se uma compreensão comparativa com dados de fontes secundárias numa experiência piloto no município de Cajazeiras – PB, cidade do interior da Paraíba (Sertão nordestino). Para tanto, elaborou-se um questionário com 20 (vinte) perguntas, divididas em três áreas e se aplicou com 366 (trezentos e sessenta e seis) indivíduos (amostra probabilística aleatória). Os resultados mostram que a prevenção em saúde bucal é um possível campo de atuação, assim como o desenvolvimento de processos de geração de renda que retirem menores do trabalho inadequado. Viu-se também que a educação é um campo deficitário que afeta as outras áreas. Como conclusões são apontadas possíveis melhorias na metodologia e contextualizadas suas limitações e potencialidades.

**Palavras-chave:** gestão da inovação; sociedade; metodologias de gestão.

### ABSTRACT:

On social innovation - a process of interaction between business and social problems - still requires much to be developed. This is due to the complexity of its areas of activity, as well as the innumerable possibilities of management formats that present themselves as mechanisms of its creation and implementation. Thus, the objective of this research was to start some grounding to methodological definitions to point out demands for social innovation. Thus far, areas addressed by the Human Development Index (HDI): health, income/work and education, were chosen to collect information from low-income people and a comparative understanding of this reality was developed helped by data from secondary sources within a pilot experience at the city of Cajazeiras – PB, inner city of Paraíba (Northeastern Backlands). Therefore, a questionnaire was made with 20 (twenty) questions, divided into three areas and applied with 366 (three hundred sixty-six) individuals (random probabilistic sample). The results show that prevention in oral health is a possible field of action, as well as

<sup>1</sup> Bacharela em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).E-mail: [meireadm.cz@gmail.com](mailto:meireadm.cz@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel em Administração, Especialista em Gestão da Qualidade e Produtividade e Mestre em Engenharia de Produção - todos os títulos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do curso de Administração da UFCG, campus Sousa, PB.E-mail: [macri.ccjs@gmail.com](mailto:macri.ccjs@gmail.com)

<sup>3</sup>Bacharela em Administração, Especialista em Gestão Ambiental e Mestre em Sistemas Agroindustriais - todos os títulos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora do curso de Administração da URN, campus Pau dos Ferros, Rn.E-mail: [luma\\_michelly@hotmail.com](mailto:luma_michelly@hotmail.com)

<sup>4</sup>Bacharela em Administração e Especialista em Gestão Ambiental - todos os títulos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).E-mail: [lilianfigueiroa@hotmail.com](mailto:lilianfigueiroa@hotmail.com)

the development of income processes that take minors away from inadequate work. It has also been seen that education is a deficit field that affects other areas. As conclusions possible improvements in methodology, limitations and potentialities are pointed out.

**Keywords:** innovation management; society; management methods.

## 1. Introdução

Inovação social refere-se, simplificada, a processos que visam solucionar problemas sociais que os agentes públicos não conseguem resolver (PIQUÊ, 2012). Por outro lado, o desenvolvimento do mundo industrializado está intimamente associado a diversos dos problemas humanos contemporâneos, derivados de práticas de competição e estímulo ao consumo irresponsáveis. Logo, a questão não só se limita à ação dos agentes públicos, torna-se mais complexa sob uma ótica da possibilidade de ação de diferentes agentes envolvidos com o entorno das problemáticas.

Nas últimas décadas desenvolveu-se um pensamento social e empresarial voltado à preservação do meio ambiente e ao fomento da responsabilidade social empresarial. Fóruns de discussão notórios, como a ECO-92, por exemplo, e seus acompanhamentos nas décadas seguintes, despertaram o interesse social por estudos ou alternativas de gestão que colaborem com soluções no âmbito da sustentabilidade. Contudo o processo é lento e em muitos espaços há urgências que chamam a atenção para a necessidade de inovação. Não só por questões econômicas e competitivas, mas principalmente pela preocupação como o equilíbrio entre ganhos econômicos, sociais e ambientais.

A inovação social é geralmente “uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma ruptura – face aos processos tradicionais” (ANDRÉ; ABREU, 2006, p. 5). Essas iniciativas podem ser foco de diferentes visões, sendo uma delas a visão empreendedora que percebe oportunidades de investimento associadas ao benefício para a sociedade (OLIVEIRA; SILVA, 2012), agindo no sentido de aplicar recursos em atividades que gerem impacto social tangível junto com retorno financeiro potencial (ANAZ, 2014). Tendo como enfoque uma visão prático-teórica da inovação social pelo viés do empreendedorismo social (BRAGA, 2013; OLIVEIRA, 2004; VIEIRA, 2011) entende-se que a informação sobre demandas locais para inovação social pode ser um potencial instrumento de planejamento de ações.

A realidade local para a qual se lançou o olhar na pesquisa que se relata no presente artigo é a do município de Cajazeiras, região do Semiárido Nordeste, Alto Sertão da Paraíba, distante 468 quilômetros da capital do Estado. Com uma estimativa de 61.030 habitantes, Cajazeiras ocupa uma área de 565,899 km<sup>2</sup> e está classificada como o sétimo maior município em população da Paraíba, seu Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal (IDH-M) está ranqueado na posição 3236 em relação aos demais 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2014). Atentos a esses dados e à base prático-teórica prática revisada para o presente estudo, pensou-se como questão de pesquisa quais seriam demandas para inovação social em destaque na região.

Para tanto, o objetivo deste trabalho foi mapear as demandas, na Cidade de Cajazeiras - PB, para inovação social. Investigando dessa forma, quais as áreas que oferecem maior recurso para isso, diagnosticando as possíveis demandas locais, além de listar as potencialidades de inovação social para tais demandas.

Sendo assim, além desta primeira seção introdutória que contextualiza a pesquisa, o presente artigo está estruturado em mais quatro seções. Primeiro o tópico 2 a seguir, no qual são descritos os materiais e métodos de pesquisa, posteriormente, no tópico 3, são caracterizados fundamentos teórico-práticos sobre o assunto. Em seguida, a seção 4, que apresenta os resultados da pesquisa e discussão dos pontos em

destaque, para finalmente, à guisa de conclusão, serem tecidas considerações gerais sobre a pesquisa, suas possibilidades e limitações, na última seção textual do artigo.

## 2. Material e Métodos

Na persecução da resposta ao questionamento de pesquisa delineou-se o objetivo de definições iniciais de uma metodologia tomando por base o IDH, que de acordo com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD (ATLAS BRASIL, 2015) é tido como uma “medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde”. Dessa forma, elaborou-se um questionário com 20 perguntas divididas entre essas três áreas e, como técnica de análise complementar na composição dos resultados, procurou-se fazer comparativos com as características estruturais de cada área apresentadas na Plataforma de Indicadores do Governo Federal (2015), dados da DATASUS (2013), Programa municipal “Comida na Mesa” e dados do PNUD (ATLAS BRASIL, 2013; 2015).

Entende-se que o universo da pesquisa do presente trabalho foi composto pela população mais carente do município de Cajazeiras, em função de serem esses beneficiados com o programa Bolsa Família. Nesse município, segundo o Portal da Transparência (2015), estavam cadastrados no período da pesquisa, 2015, um total de 7534 beneficiados do Bolsa Família, número que foi utilizado para o cálculo da amostra probabilística, resultando em uma amostra de 366 entrevistados, utilizando-se de um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, de acordo com o método indicado por Silva (2001). Os sujeitos da pesquisa também tiveram a característica de serem adolescentes entre 14 e 17 anos, procurando-se dessa forma obter mais espontaneidade e menor viés político-ideológico possível.

## 3. Teoria e Práticas da Inovação Social

A alta capacidade humana no desenvolvimento de ideias remete à proposta da inovação social como um caminho que elenca a efetividade e criatividade para buscar soluções de problemas sociais (DIOGO; GUERRA, 2013). A competitividade nesse contexto pode ser vista também como contribuinte para a inovação social. Esse é um cenário que desponta nas décadas de 60 e 80 do Séc. XX, com a inovação social direcionada à aprendizagem e ao emprego e posteriormente direcionando-se para o campo das políticas sociais (MONTEIRO, 2012).

A inovação social é fruto do distanciamento progressivo da dimensão tecnológica do conceito de inovação e da constituição de sua dimensão social. Se o princípio da competitividade impulsionou a inovação tecnológica no modo de produção industrial capitalista, este princípio também marcou o desenvolvimento inicial da inovação social. (MONTEIRO, 2012, p. 5)

Tradicionalmente as abordagens das ciências sociais para inovação aproximam-se da ideia de inovação intencionando representar processos institucionais inovadores promovidos por agentes dominantes, para aumentar a competitividade de empresas e de territórios (MONTEIRO, 2012). Porém, a discussão científica aponta que a inovação social diz respeito às respostas novas e socialmente reconhecidas que visem e gerem mudança social (ANDRÉ; ABREU, 2006). Deixando assim marcada a noção de que é fundamental que a inovação produzida seja capaz de satisfazer as demandas encontradas na sociedade, de modo que venha a ser reconhecida e aceita como um instrumento dotado de atributos que atendam às necessidades das pessoas.

Trata-se de um fenômeno construído a partir de variadas formas de ações coletivas,

manifestando-se como um produto ou um processo, numa dinâmica multiescalar (desde o nível local aos níveis nacionais e internacionais) e possuidor das seguintes características: (i) contribui na satisfação de necessidades humanas ainda não consideradas ou atendidas; (ii) aumenta o acesso aos direitos democráticos; e (iii) eleva a capacidade humana em agir na resolução de problemas por vias do empowerment e/ou fomento de capital social (ANDRÉ; ABREU, 2006 p. 124)).

Enfatiza-se na base teórica que procura demarcar as características fundamentais da inovação social (BIGNETTI, 2011) a necessidade de uma ligação comunicativa entre a capacidade de resolver os problemas sociais e o aperfeiçoamento das habilidades e competências humanas. A ação proativa quanto à resolução do problema caracteriza a inovação social, abrangendo áreas desafiadoras, dentre as quais se destacam o combate à pobreza, questões de saúde e emprego, mudanças climáticas e degradação ambiental. Dada a complexidade desses problemas a inovação social precisa se adequar aos mais diversos panoramas e, idealmente, estar um passo à frente em suas soluções.

Dessa forma, a inovação social, sem ser excludente em relação ao conceito de inovação, faz referência ao “conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas e equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais”. É refere-se a um “distinto código de valores, estilo de desenvolvimento, ‘projeto nacional’ e objetivos de tipo social, político, econômico e ambiental. [...] (DAGNINO, BRANDÃO; NOVAES, 2004, p.21). Pensar inovação social é pensar em soluções práticas e eficientes para cada tipo de situação, a partir de intervenções iniciadas por atores sociais, olhando para aspirações e necessidades locais, relações sociais, possíveis quadros de ação e valores culturais (MONTEIRO, 2012).

A discussão teórica sobre inovação social pode ser ainda mais ampliada quando se traz para o debate diferentes proposições associadas à ideia de inovação social. Conceitos como *nonprofit sector*, economia social e mesmo outras definições de inovação social, não deixam de evidenciar, entretanto, que há diferentes possibilidades de abordagens, práticas e intervenções consideradas geradoras de inovação social, desde que provoquem mudanças no contexto, mesmo não sendo inéditas (RODRIGUES, 2007).

A questão conceitual da inovação social é uma ponta que, assim como as demais práticas de investigação científica, está em disputa contínua, situando-se no rol de conceitos de amplitude e extensão crescente, na busca por metodologias para a transformação e a inclusão social. Porém visualizada também na produção de conhecimento pela própria população de excluídos segundo a racionalidade da sociedade moderna (FARFUS; ROCHA, 2007). Assim, é preciso pensar no desenvolvimento de cidadãos detentores de uma postura crítica, que possam participar da geração de soluções que venham agregar valor e atender à sociedade.

Delineando uma visão empreendedora para a abordagem à inovação social tem-se justamente a ideia de valor compartilhado como produtora de sentido para o ethos corporativo. Trata-se apenas de uma das bases de diálogo possível, porém bastante beneficiada pela linguagem de negócios que predominantemente move o mundo, na esteira da possibilidade de se pensar um capitalismo consciente ou um capitalismo com base em valor compartilhado e um empreendedorismo social.

Orientar o capitalismo para uma abordagem consciente e que se afaste da autodestruição, ou seja, buscar uma forma que concilie o papel das empresas com fins lucrativos e as demandas de vários atores associados às suas operações. Essa é resumidamente a visão que vem sendo conhecida como Capitalismo Consciente. Trata-se de uma ideia, ou perspectiva que conduz os negócios promovendo na organização uma forma mais holística de capitalismo, com potencial para melhorar o desempenho das empresas e também na qualidade de vida dos envolvidos nesse processo (INSTITUTO CAPITALISMO CONSCIENTE BRASIL, 2014).

Gerar prosperidade de forma humanizada seria o propósito do capitalismo consciente. Esse movimento suscitaria um rápido avanço de consciência, que liberaria uma grande amplitude de cooperação social, para

pessoas que convivem com a pobreza e a privação, modificando suas vidas através da oferta de oportunidades (MACKEY; SISODIA, 2013). Ao assimilar a ideia que o capitalismo consciente pode proporcionar um modelo mais justo de sociedade, os diferentes atores sociais entram em consonância com uma tendência crescente e em definição estratégica no âmbito corporativo.

A tendência do capitalismo consciente encontra, todavia, visões mais críticas sobre as relações entre o empresariado e os problemas sociais. Dentre as proposições mais disseminadas há uma resistência, a qual não se julga aqui o mérito, em ver o capitalismo com um sistema econômico preocupado com a sociedade, como afirma a noção de responsabilidade social. As estratégias de Responsabilidade Social Empresarial seriam antes artifícios para criar uma nova imagem das empresas privadas, que, ao praticar tais ações, se mostram mais comprometidas com o desenvolvimento da sociedade (CAETANO; FERREIRA, 2014).

Mas a ideia de um capitalismo mais adequado para todos, se não se quiser utilizar o termo capitalismo consciente, pode ter justificações fundamentalmente econômicas. Trata-se da proposta de obter sucesso econômico sem utilizar o argumento da responsabilidade social, mas sim o princípio do valor compartilhado (PORTER; KRAMER, 2011), que visa a geração de valor para a empresa e para a sociedade, visualizando que o enfrentamento das limitações da sociedade nem sempre geram um custo interno nas organizações.

O conceito de valor compartilhado [...] reconhece que as necessidades da sociedade, e não só necessidades econômicas convencionais, definem o mercado. Reconhece, ainda, que mazelas ou deficiências sociais volta e meia criam custos internos para a empresa — como o desperdício de energia ou matéria-prima, acidentes onerosos e necessidade de treinamento corretivo para compensar insuficiências na educação. O enfrentamento de mazelas e limitações da sociedade não eleva necessariamente o custo da empresa, pois esta pode inovar com o emprego de novas tecnologias, métodos, operações e abordagens de gestão — e, como resultado, aumentar a produtividade e expandir seus mercados (PORTER; KRAMER, 2011, s/p).

A noção de valor compartilhado serve de base para um entendimento do empreendedorismo social a partir de uma noção clara do interesse econômico corporativo. Nessa compreensão a inovação social vem de oportunidades de empreendedorismo em ações que também são importantes para as demandas locais. É necessário enfatizar, entretanto, que esse é um campo extremamente complexo e polêmico, não há consenso. Existe a clara defesa, por exemplo, da concepção de que essa forma de auxiliar a sociedade com soluções de problemas sociais é responsabilidade das instituições governamentais (CAETANO; FERREIRA, 2014).

O empreendedorismo social não se situa, entretanto, apenas na dicotomia Estado-Mercado. Destaca-se a presença expressiva e decisiva da sociedade civil e das organizações do terceiro setor, associadas à participação crescente das empresas (OLIVEIRA; 2004). O crescimento do empreendedorismo social pode inclusive ser visto como uma maneira de questionar e repensar conceitos e teorias relativas ao empreendedorismo comercial e a possibilidade de um paradigma comum (BRAGA 2013).

Empreendedores podem ser pensados “não só como produtores de valor econômico e social, mas também como agentes passíveis de promover a mudança social” (VIEIRA, 2011, p. 15). E aí aparece uma relação com outro conceito, o de empresa social, que pode ou não ser o caso do empreendedorismo específico. “Todos aqueles que criam e dirigem empresas sociais são empreendedores sociais, mas nem todos os empreendedores sociais são comprometidos com as empresas sociais” (VIEIRA, 2011, p. 15).

Negócios sociais e inclusivos compõem modelos de empreendedorismo pelos quais são produzidas atividades que gerem impactos e transformação social. Trata-se, portanto, de um negócio lucrativo, que oferece estabilidade financeira e, ao mesmo tempo, contribui para a transformação social da região em que tem alcance (SOUZA; VASCONCELLOS, 2011). A inovação social criaria assim um âmbito para o negócio social, que estaria entre o segundo setor (empresas com fins lucrativos) e o terceiro setor (organizações sem fins lucrativos), oferecendo serviços e produtos com intuito de resolver problemas sociais conduzidos



por um modelo de negócio que visa o lucro, denominado como setor 2.5 (ANAZ, 2014), que engloba os negócios sociais ou inclusivos congregando organizações de natureza jurídica lucrativa, mas com finalidade de interesse público.

Independente dos conceitos e práticas associados à inovação social, entretanto, o que se percebe é que análises prévias, focadas na caracterização de requisitos locais, podem providenciar apontamentos para direcionamento de ações embasadas nas demandas prioritárias da sociedade. É com esse intuito que se está a desenvolver a metodologia de pesquisa cuja experiência piloto encontra-se apresentada a seguir, enquanto resultados da pesquisa, no presente artigo.

#### 4. Para Inovação Social

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa e a comparação analítica proposta de acordo com a delimitação do instrumento de coleta de dados nas três áreas especificadas pela orientação metodológica adotada, ou seja: saúde, renda/trabalho e educação.

Relativamente aos serviços de saúde disponíveis para a população da cidade de Cajazeiras, constatou-se que 75% dos beneficiários têm acesso a atendimento ambulatorial (UPA, Hospital, UBS) próximo de suas residências. Em relação a atendimento médico de urgência, 68% afirmaram ter bom êxito quando necessitam e 70% afirmaram ter sucesso com o serviço do SAMU no atendimento necessário. De acordo com a Plataforma de Indicadores do Governo Federal (2015), o município de Cajazeiras conta com 21 unidades de UBS (Unidade Básica de Saúde) em funcionamento, possuindo 5 projetos para construção de novas UBS com o investimento previsto de R\$ 2.002.666,67 e 16 projetos para reforma em 2015, com o investimento de R\$ 1.364.718,89. Para a construção da UPA (Unidade de Pronto Atendimento) em Cajazeiras foram investidos R\$ 1.400.000,00.

Em se tratando da saúde bucal os resultados da pesquisa identificaram que 55% dos beneficiários vão ao dentista apenas quando precisam e 45% vão mais de uma vez ao ano. De acordo com a Plataforma de Indicadores do Governo Federal (2014), Cajazeiras possui um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e conta também com 18 equipes odontológicas, sendo 96,89% da população local coberta por essas equipes. Conforme dados disponibilizados pelo Programa Brasil Sorridente (2014), foram repassados para o município R\$ 145.200,00 para implantação de Centros de Especialidades Odontológicas e um valor bem maior para a implantação de equipe de saúde bucal, no total de R\$ 412.550,00.

Sobre saneamento básico, 60% dos entrevistados afirmam que a localidade onde residem possui essa estrutura e 40% dizem não possuir. De acordo com dados da DATASUS (2013), existem ainda 19,8% de domicílios com esgotos a céu aberto. Sendo assim, há um percentual menor de domicílios com rede de esgoto, 35,6% e domicílios com esgoto por fossa um total de 44,6%.

Questionou-se na pesquisa acerca de dependentes de crack, álcool ou outras drogas. Nesse contexto 68% dos entrevistados afirmam conhecer alguém que é dependente e 32% afirmam não conhecer. De acordo com dados da DATASUS (2013) Cajazeiras possui 211 casos de alcoolismo acima de 15 anos.

Os beneficiários responderam ainda sobre a quantidade de vezes que sua família se alimenta por dia. 37% responderam que se alimentam 3 vezes por dia e 41% se alimentam de 4 a 6 vezes por dia, 22% afirmam se alimentar mais de 6 vezes por dia. O município de Cajazeiras conta com o Programa “Comida na Mesa”, desenvolvido pela Secretaria de Cidadania e Promoção Social e implantando em outubro de 2013, inicialmente com mil famílias cadastradas.

Dos entrevistados 25% consideram que o mercado de trabalho apresentará oportunidades concretas para o futuro, 14% responderam que não e 61% relataram não saber. Na percepção dos entrevistados há maior

facilidade relativa por parte das famílias de encontrar emprego, 58% que sim contra 42% que responderam que não tem essa facilidade. De acordo com os dados do PNUD (ATLAS BRASIL, 2013), a renda da população de Cajazeiras apresenta o valor 0,668, o qual se enquadra na faixa de desenvolvimento humano na média em relação a outras regiões, estando em 4º no Ranking Estadual. Com relação a esse aspecto, foi constatado que 72% afirmam ter uma renda familiar suficiente para atender todas as necessidades e 28% que não.

Já em relação a expectativas para o futuro, 21% dos entrevistados pretendem trabalhar em empresas privadas, 32% anseiam por fazer concurso e outros 32% por ter o próprio negócio, enquanto 15% se dizem sem expectativas. Com relação às oportunidades de trabalho, 57% consideram que a região em que moram oferece oportunidades satisfatórias e 43%, consideram que necessitarão ir para outra região para ter o destino profissional que deseja. Em se tratando do trabalho infantil, de acordo com dados da DATASUS (2014), a taxa de trabalho infantil no município é de 9,2%. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa mostram que 53% dos beneficiários conhecem alguma criança ou adolescente menor de 15 anos que trabalha.

No quesito educação, os resultados da pesquisa mostram, com relação ao analfabetismo, que 78% afirmam conhecer alguém analfabeto e 22% dizem não conhecer. E verificou-se, ainda, que 52% dos entrevistados conhecem alguma criança que não frequenta a escola e 48% dizem não conhecer. De acordo com os dados da DATASUS (2010), a cidade de Cajazeiras obteve valor 0,574, se enquadrando na faixa de desenvolvimento Humano Baixo e se colocando em 13º no Ranking Estadual. O município possuía, no ano de 2010, na população acima de 15 anos de idade, um total 7.864 analfabetos e 36.837 alfabetizados, apresentando uma taxa de analfabetismo de 17,59%. Ainda de acordo com o DATASUS (2010) o município ocupa o 9º Ranking Estadual de população analfabeta e 281º no Ranking Nacional.

Quanto à expectativa por vislumbrar no futuro uma formação superior, 87% dos respondentes afirmaram ter interesse e 13% responderam que não tem interesse. Já quanto à análise acerca de cursos de capacitação técnica para ingresso no mercado de trabalho oferecido no município, 48% afirmam ter conhecimento, no entanto, a maioria, correspondente a 52%, afirma não saber.

Em relação a acesso aos recursos necessários para estudar bem, 91% responderam que possuem acesso a livros ou material escolar e apenas 9% afirmam não ter acesso a esses recursos. Também foi abordado na pesquisa acerca da interação cultural no bairro onde residem, nesse caso 54% afirmam não ser oferecido esse entretenimento em sua localidade e 46% relatam que em seu bairro tais processos são oferecidos. Dos beneficiários, cerca de 45% afirmam nunca ter frequentado a Biblioteca Pública da cidade, 50% responderam que sempre frequentam o local de incentivo educacional e 5% dizem frequentar as vezes.

Em síntese, na área de saúde aponta-se como demanda em destaque os cuidados com a saúde bucal. Não contextualizando os motivos dos dados, tem-se que a maioria dos entrevistados vai ao dentista apenas quando precisa, não havendo, portanto, frequência de prevenção. Nesse sentido, a inovação social poderia buscar desenvolver serviços em saúde bucal complementares, atrativos e a baixo custo ou com outros tipos de custo que não o financeiro, para os serviços públicos oferecidos. Se a ideia de valor compartilhado (PORTER; KRAMER, 2011) fizer sentido, o custo de tais serviços poderia ser financiado por iniciativas de patrocínio ou promoção de marcas, enquanto serviços acoplados a serviços centrais do Estado. As escolas públicas, por exemplo, poderiam ter espaços de prevenção à saúde bucal financiados por marcas de produtos de higiene bucal que se preocupassem em desenvolver rotinas de prevenção iniciadas nesses espaços e continuadas com a orientação das famílias.

Na área de renda/trabalho pode-se verificar um destaque referente a criança e ao adolescente menores de 15 anos que trabalham. Esse resultado aponta uma demanda para inovação social acerca do combate ao trabalho infantil em primeira instância, mas também para iniciativas produção de renda que envolva crianças e adolescentes em outras atividades que possam ser integradas nos seus processos educacionais. Nesse

caso entra o contexto de toda uma discussão de como, principalmente adolescentes, podem ser inseridos em atividades que se configuram como trabalho e oferecem rendimentos, mas estão inseridas em processos configurados para serem ao mesmo tempo educativos e geradores de renda. Projetos de guia de turismo mirim, monitores de espaços culturais e outros poderiam se orientar pelas premissas do denominado setor 2.5 (ANAZ, 2014).

Na área da Educação constatou-se que existem ainda muitas crianças que deveriam estar inseridas no ambiente escolar e, por motivos desconhecidos, não estão. Além do grande número ainda de analfabetos. Aponta-se aqui uma possibilidade de inovação social a partir do acesso a materiais de leitura e estudo e métodos de educação popular, com intuito de combater o analfabetismo. Tais processos, entretanto precisam ser construídos pensando-se na produção de conhecimento pela própria população (FARFUS; ROCHA, 2007), objetivando o desenvolvimento de cidadãos detentores de uma postura crítica, que possam participar da geração de soluções que venham atender à sociedade ao mesmo tempo em que agregam valor a alguma iniciativa de negócio interessada na proposta.

## 5. Conclusão

O objetivo desta pesquisa foi iniciar um processo de definições metodológicas de como apontar demandas para inovação social no Semiárido Nordeste a partir da realidade do município de Cajazeiras. Utilizou-se para tal experiência, como base de definição metodológica, as áreas abordadas pelo IDH saúde, tenda/trabalho e educação, coletando informações de pessoas de baixa renda, beneficiários do programa Bolsa Família e perfazendo uma análise comparativa com dados secundários de bases disponíveis publicamente. Chegou-se assim a um esboço de apontamentos de demandas, apenas em sua forma inicial de desenvolvimento.

Após esta primeira experiência, as definições do instrumento metodológico estão sendo aprimoradas e expandidas para aplicação em outros municípios do Semiárido Nordeste. E nesse caso algumas observações podem ser feitas quanto às limitações e potencialidades desse tipo de estudo.

Das discussões em torno da pesquisa e seus resultados, uma das limitações percebidas é quanto à tentativa de tratar vários assuntos complexos ao mesmo tempo com um mesmo grupo alvo de investigações. No caso, ao optar-se por continuar trabalhando com adolescentes como fonte de informação ou qualquer outro grupo justificado, talvez seja interessante desenvolver pesquisa qualitativa, primeiro, para aprofundar-se em um aspecto, uma atividade, de uma das áreas de atuação e, a partir da compreensão das relações desses grupos com aspectos ou atividades da área. Assim definindo problemáticas para serem confrontadas com levantamentos do que há de existente, se houver, que opere nesses pontos de atuação. Ou seja, estudos mais aprofundados de subtemas específicos de demanda social e a correlata busca pelo já existente no combate às problemáticas do assunto, em outros espaços, outras regiões geográficas, de modo a poder apontar possibilidades mais reais de inovação.

Outra limitação deste estudo se refere à complexidade teórica das bases sobre inovação social. O assunto se insere em questões claramente ideológicas e separar o campo da prática científica da ideologia de promoção empresarial não é algo muito simples. Por isso é vê-se como importante, num segundo momento, embasar epistemologicamente o caminho de inovação social que pode ser apontado como o mais adequado, se possível contextualizando com experiências práticas exitosas já existentes e elencando os pontos de sua força em função de caracterizar o que pode ser replicado em outros processos.

Enquanto potencialidades, o tipo de estudo realizado se junta ao corpo de pretensões das atuações de gestão em atenderem a uma sociedade mais próxima do ideal de desenvolvimento sustentável, principalmente pelo escopo da equidade social. A sustentabilidade costuma ser bastante visualizada, nas



áreas de gestão, em seus aspectos ambientais. São os problemas com o meio ambiente que chamam a atenção da maioria dos interessados nesse campo. Porém, tal visão, se pensada no âmbito da complexidade dos problemas humanos, é de certa forma limitada. Os problemas ambientais, econômicos e sociais estão imbricados uns nos outros e, mesmo que seja justificável no âmbito da viabilidade dos projetos de desenvolvimento de conhecimento em áreas específicas, que certo enfoque seja dado à pesquisa de sustentabilidade, há de haver outros recortes que trabalhem os mesmos aspectos por outros enfoques. O social, nesse caso, é um plano nitidamente carente de abordagens nas questões de gestão e sustentabilidade no âmbito do conhecimento em Administração.

Por fim, entende-se que o desenvolvimento de mecanismos de apontamentos de demandas para inovação social pode vir a constituir uma prática que atenda ao melhor estabelecimento desses conceitos em definição que se encaminham para mudanças na sociedade mais sustentável. Capitalismo consciente, valor compartilhado, empreendedorismo social, seja qual for a concepção teórica sobre os novos rumos da sociedade são necessários instrumentos de gestão adequadamente desenvolvidos que deem sustentação prática eficaz a tais processos. O que se está buscando desenvolver a partir desta experiência piloto e da continuidade da pesquisa vê-se como parte importante dessa realidade.

## REFERÊNCIAS

ANAZ, Sílvio. Inovação Social: a inovação social aponta novos caminhos para as empresas. HSM Experience, 01 mar. 2014. ed. 103, p. 57- 77. Disponível em: <<http://experience.hsm.com.br/posts/a-inovacao-social-aponta-novos-caminhos-para-as-empresas>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. Finisterra, XLI, 81, 2006, p. 121-141. Disponível em: <[http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81\\_06.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2015.

ATLAS BRASIL, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desenvolvimento e IDH, 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em 11 ago. 2015.

ATLAS BRASIL, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. IDH por município e estado, 2012. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/download/>>. Acesso em: 30 jul 2013.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

BRAGA, Joana. Motivações do empreendedorismo social. 2013. 117f. Tese (Mestrado em Gestão de Serviços) - Faculdade de Economia e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.

BRASIL, Controladoria-Geral da União - Portal da Transparência. Transferência de recursos por ação de governo, 2015. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoFavorecido.asp?Exercicio=2015&textoPesquisa=&textoPesquisaAcao=&codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&siglaEstado=PB&codigoMunicipio=1975&Pagina=523>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde - DATASUS. Trabalho Infantil por município, 2014. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/censo/cnv/trabinfbr.def>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde - DATASUS. Dados demográficos e socioeconômicos. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde - DATASUS. Situação de Saneamento oriundos do Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB, 2015. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCbr.def>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde - DATASUS. Sistema de Informação da Atenção Básica - Cadastramento Familiar, 2015. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABFbr.def>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

BRASIL, Plataforma de Indicadores do Governo Federal | UBS - Unidade Básica de Saúde, 2014. Disponível em:

<[http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204996&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat\\_indicador\\_ultimaatualizacao=&dsc\\_indicador\\_primeirareferencia=>](http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204996&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat_indicador_ultimaatualizacao=&dsc_indicador_primeirareferencia=>)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL, Plataforma de Indicadores do Governo Federal | Saúde Bucal - Programa Brasil Sorridente, 2014. Disponível em:

<[http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204967&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat\\_indicador\\_ultimaatualizacao=&dsc\\_indicador\\_primeirareferencia=%27%2C+%272015-07-07%27%2C+%27Ensino+Fundamental+-+Programa+Nacional+do+Livro+Did%C3%A1tico+%28PNLD%29>](http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204967&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat_indicador_ultimaatualizacao=&dsc_indicador_primeirareferencia=%27%2C+%272015-07-07%27%2C+%27Ensino+Fundamental+-+Programa+Nacional+do+Livro+Did%C3%A1tico+%28PNLD%29>)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CAETANO, Juliana F. e FERREIRA Pedro Roberto. O estado e as interfaces da democracia: uma análise sobre a Política de responsabilidade social empresarial no Brasil. In: VII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas da UEL, 2008, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/JulianaCaetano.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JR. et al. Tecnologia social – uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15 a 64.

DIOGO, Vera e GUERRA, Paula. A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, volume XXV, 2013, p. 141-163. Disponível em: <[https://sigarra.up.pt/flup/en/publs\\_pesquisa.FormView?P\\_ID=72496](https://sigarra.up.pt/flup/en/publs_pesquisa.FormView?P_ID=72496)>. Acesso em: 02 set. 2015.

FARFUS, Daniele; ROCHA, M. C. de S. Inovação Social: um conceito em construção. Inovações Sociais. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, Informações básicas dos municípios da Paraíba, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=25&search=paraiba>>. Acesso em: 01 setembro 2015.

INSTITUTO CAPITALISMO CONSCIENTE BRASIL. Relatório de Impacto, 2014. Disponível em: <[www.capitalismoconscientebrasil](http://www.capitalismoconscientebrasil)>. Acesso em: 11 ago. 2015

MACKEY, John; SISODIA, Raj. Capitalismo Consciente: como libertar o espírito heroico dos negócios. Tradução de Rosemarie Ziegelmaier. 1ª ed. São Paulo: HSM Editora, 2013.

MONTEIRO, Ana Carolina Ribeiro. Re-localização e Inovação Social: um estudo exploratório – O caso da Balle. 2012. 125 f. Tese (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo) - Faculdade de Economia e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra.

OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios– notas introdutórias. Revista FAE, Curitiba, volume 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez. 2004. Disponível em: <[www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v7\\_n2/rev\\_fae\\_v7\\_n2\\_02.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_02.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo; SILVA, Dantas Nunes. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no CREDITAG -RO. Revista de Administração da UFSM, Santa Maria, volume 5, n. 2, p. 277-295, maio/ago 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reaufsm/article/view/5655/pdf>>. Acesso em: 01 setembro 2015.

PIQUÊ, Jorge. URBS Nova - Agência de Inovação Social 04 nov. 2012. Disponível em: <<https://urbsnova.wordpress.com/2-inovacao-social/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. Criação de valor compartilhado. Harvard Business Review, 2011. Disponível em: <<http://www.hbrbr.com.br/materia/criacao-de-valor-compartilhado#sthash.DUgnlIt.dpuf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

RODRIGUES, Andréa Leite. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre Nonprofit Sector e Economia Social. Organizações & Sociedade, v. 14, n. 43, p. 111-128, 2007.

SILVA, Nilza Nunes da. Amostragem Probabilística: Um Curso Introdutório. 2 ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

VIEIRA, Joana de Jesus Neves. Empreendedorismo e Inovação como forma de mudança e Inclusão Social: criação de uma incubadora social no município de Ílhavo. 2011. 72 f. Tese (Mestrado em Intervenção Social) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra.